

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.472.076 - RS (2019/0078585-8)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
AGRAVANTE : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADO : GENESIO FELIPE DE NATIVIDADE E OUTRO(S) - RS089233
AGRAVADO : BRUNO DANTE COLVARA
ADVOGADOS : GUILHERME CARPENEDO MARTINS NETTO - RS065016
ALEXANDRE LOREA MAGALHÃES E OUTRO(S) - RS062323

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por BANCO DO BRASIL SA, contra decisão de inadmissibilidade do recurso especial fundamentado no art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, em desafio a acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul (TJ-RS), assim ementado (fl. 315):

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. NEGÓCIOS JURÍDICOS BANCÁRIOS. CUMPRIMENTO PROVISÓRIO DE SENTENÇA COLETIVA. CÉDULA RURAL PIGNORATÍCIA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. JUÍZO COMPETENTE. JUSTIÇA ESTADUAL. ART. 109, INC. I, CRFB/88.

1. Trata-se de pedido de cumprimento provisório de sentença proferida pelo juízo de 3ª Vara Federal da Seção Judiciária de Brasília/DF, nos autos da Ação Civil Pública nº 8465.28-1994.4.01.3400, que condenou o Banco Central do Brasil, o Banco do Brasil S/A e a União Federal a aplicar o percentual de 41,28% às Cédulas Rurais Pignoratícias, restituindo-se os valores cobrados a maior dos mutuários.

2. A teor do art. 109, inc. I, da Constituição da República, a competência da Justiça Federal é em razão da pessoa (ratione personae), ou seja, absoluta, de modo que constando apenas o Banco do Brasil no polo passivo da execução, inviável a remessa dos autos à Justiça Federal.

3. Precedente do Superior Tribunal de Justiça e desta Corte.

4. Decisão reformada, recurso provido. DERAM PROVIMENTO AO AGRAVO DE INSTRUMENTO."

Nas razões do recurso especial, a parte recorrente aponta, além de divergência jurisprudencial, violação dos arts. 516, II, 520, 982, I, 1.005, 1.035, II e 1.037, do Código de Processo Civil de 2015. Sustenta, preliminarmente, que o título que embasa o cumprimento de sentença é oriundo da Justiça federal, sendo, portanto, incompetente a

Justiça estadual. No mérito, aduz que o cumprimento de sentença deve ser integralmente sobrestado, diante da concessão do efeito suspensivo aos Embargos de Divergência no REsp nº 1.139.232/DF (fl. 332). Ressalta, ainda, que o cumprimento provisório de sentença é viável apenas quando o título não está sendo impugnado por recurso com efeito suspensivo.

Por fim, tece comentários sobre a Reclamação nº 34.966/RS para reforçar a tese da necessidade de sobrestamento do presente recurso.

As contrarrazões foram apresentadas (fls. 434-453).

O recurso foi inadmitido, o que ensejou a interposição do presente agravo.

É o relatório. Decido.

Na hipótese em exame, aplica-se o Enunciado 3 do Plenário do STJ: "*Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC*".

No que diz respeito à competência, cumpre consignar que, a despeito de a sentença exequenda ter sido proferida em ação coletiva ajuizada perante a Justiça Federal – a qual, a princípio, seria competente também para o respectivo cumprimento, a teor do que determina o artigo 516 do Código de Processo Civil de 2015 –, no caso dos autos, temos no pólo passivo apenas o Banco do Brasil S.A.

Nesse contexto, não havendo no cumprimento de sentença em referência nenhum dos entes elencados no inciso I do art. 109 da Constituição Federal, não se justifica, de fato, o seu processamento perante a Justiça Federal.

Cuida-se, portanto, de aplicação objetiva a orientação contida na Súmula nº 508/STF: "*Compete à Justiça Estadual, em ambas as instâncias, processar e julgar as causas em que for parte o Banco do Brasil S.A*".

Em situações absolutamente semelhantes, esta Corte já declarou a competência da Justiça Estadual. Confirmam-se: CC 159.253/MS, Relator Ministro Luis Felipe Salomão, DJe 10/9/2018; CC 159.097/MS, Relatora Ministra Maria Isabel Gallotti, DJe 6/9/2018; CC 157.891/MS, Relator Ministro Luis Felipe Salomão, DJe 2/8/2018; e CC 157.889/MS, Relator Ministro Moura Ribeiro, DJe 15/6/2018.

Em relação ao pedido de efeito suspensivo ao recurso especial, oportuno

ressaltar, que o julgamento do mérito dos Embargos de Divergência 1.319.232/DF pela Corte Especial, ocorreu na sessão de 16/10/2019, DJe 30/10/2019 e o julgado ficou resumido nos termos da seguinte ementa:

EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. CÉDULAS DE CRÉDITO RURAL. CORREÇÃO MONETÁRIA. MARÇO DE 1990. PROCEDÊNCIA. CONDENAÇÃO SOLIDÁRIA DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, DO BANCO CENTRAL DO BRASIL E DA UNIÃO FEDERAL. JUROS DE MORA. TAXA APLICÁVEL. CONDENAÇÃO DE NATUREZA NÃO-TRIBUTÁRIA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. ARTIGO 1º-F DA LEI 9.494/97 COM A REDAÇÃO DADA PELA LEI 11.960/2009. ÍNDICE OFICIAL DE REMUNERAÇÃO DA CADERNETA DE POUPANÇA. APLICAÇÃO IMEDIATA. IRRETROATIVIDADE. EFEITOS DO RECURSO. EXTENSÃO AO BACEN. CONDENAÇÃO DOS RÉUS AO PAGAMENTO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. DESCABIMENTO. JURISPRUDÊNCIA DA CORTE ESPECIAL.

1. Embargos de divergência opostos em 09/10/2015 e 07/03/2016, atribuídos a esta Relatora em 18/12/2018 e conclusos ao Gabinete em 11/02/2019.

2. Cuida-se, na origem, de ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público Federal em desfavor do Banco do Brasil S/A, do Banco Central do Brasil – BACEN e da União, na qual questiona o índice de correção monetária aplicado em março de 1990 (Plano Collor I) para o reajuste de cédulas de crédito rural.

3. Acórdão da 3ª Turma do STJ que, dando provimento a recursos especiais, julgou procedente o pedido inicial, para condenar os demandados, solidariamente, ao pagamento das diferenças resultantes da aplicação do IPC (84,32%) ao invés do BTN (41,28%), devidamente atualizadas e acrescidas de juros de mora de 0,5% ao mês até a entrada em vigor do Código Civil de 2002 (11/01/2003), e, após, de 1% ao mês.

4. Nos embargos de divergência opostos pela União, discute-se a aplicação do critério de juros de mora previsto no art. 1º-F da Lei 9.494/97, com a redação dada pela Lei 11.960/09.

5. Nas condenações da Fazenda Pública oriundas de relações jurídicas não-tributárias, os juros de mora devem ser calculados segundo o índice oficial de remuneração da caderneta de poupança, conforme dispõe o art. 1º-F da Lei 9.494/97, com a redação dada pela Lei 11.960/09. Precedentes do Supremo Tribunal Federal (ADI's n. 4.357/DF e 4.425/DF e RE 870.947/SE) e deste Superior Tribunal de Justiça (REsp's n. 1.270.439/PR, 1.495.146/MG, 1.492.221/PR e 1.495.144/RS, todos julgados pela 1ª Seção sob a sistemática dos recursos especiais repetitivos).

6. Consoante a orientação firmada pela Corte Especial no REsp 1.205.946/SP, também representativo de controvérsia, o novo regramento dos juros de mora instituído pela Lei 11.960/2009 aplica-se imediatamente aos processos em curso, sem, contudo, retroagir a período anterior à vigência da norma (29/06/2009).
7. À luz do disposto no art. 509, parágrafo único, do CPC/73 (art. 1.005, parágrafo único, do CPC/15), os efeitos do julgamento dos embargos de divergência opostos pela União se estendem ao BACEN, autarquia federal que se enquadra no conceito de “Fazenda Pública” a que se refere o art. 1º-F da Lei 9.494/97.
8. Em razão do princípio da simetria, descabe a condenação da parte requerida em ação civil pública ao pagamento de honorários advocatícios quando inexistente má-fé, da mesma forma como ocorre com a parte autora, por força do art. 18 da Lei 7.347/85. Precedente da Corte Especial (EAREsp 962.250/SP, DJe de 21/08/2018).
9. Embargos de divergência da União conhecidos e providos, para determinar que, nos cumprimentos individuais da sentença coletiva promovidos em desfavor da União e/ou do BACEN, sejam os juros de mora, a partir de 29/06/2009, calculados segundo o índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança.
10. Embargos de divergência do Banco do Brasil conhecidos e providos, para afastar a condenação dos réus ao pagamento de honorários advocatícios.

Na sequência, o Banco do Brasil interpôs naqueles autos (EResp 1.319.232/DF) embargos de declaração e o pedido de concessão de efeito suspensivo aos embargos de declaração nos embargos de divergência foi indeferido (DJe 18/11/2019), nos seguintes termos:

Cuida-se de embargos de declaração opostos pelo BANCO DO BRASIL SA, contra o acórdão que deu provimento aos embargos de divergência que opusera, provendo, também, os embargos opostos pela UNIÃO, nos termos da seguinte ementa (e-STJ fls. 2.601/2.602):

"EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. CÉDULAS DE CRÉDITO RURAL. CORREÇÃO MONETÁRIA. MARÇO DE 1990. PROCEDÊNCIA. CONDENAÇÃO SOLIDÁRIA DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, DO BANCO CENTRAL DO BRASIL E DA UNIÃO FEDERAL. JUROS DE MORA. TAXA APLICÁVEL. CONDENAÇÃO DE NATUREZA NÃO-TRIBUTÁRIA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. ARTIGO 1º-F DA LEI 9.494/97 COM A

REDAÇÃO DADA PELA LEI 11.960/2009. ÍNDICE OFICIAL DE REMUNERAÇÃO DA CADERNETA DE POUPANÇA. APLICAÇÃO IMEDIATA. IRRETROATIVIDADE. EFEITOS DO RECURSO. EXTENSÃO AO BACEN. CONDENAÇÃO DOS RÉUS AO PAGAMENTO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. DESCABIMENTO. JURISPRUDÊNCIA DA CORTE ESPECIAL.

1. Embargos de divergência opostos em 09/10/2015 e 07/03/2016, atribuídos a esta Relatora em 18/12/2018 e conclusos ao Gabinete em 11/02/2019.

2. Cuida-se, na origem, de ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público Federal em desfavor do Banco do Brasil S/A, do Banco Central do Brasil – BACEN e da União, na qual questiona o índice de correção monetária aplicado em março de 1990 (Plano Collor I) para o reajuste de cédulas de crédito rural.

3. Acórdão da 3ª Turma do STJ que, dando provimento a recursos especiais, julgou procedente o pedido inicial, para condenar os demandados, solidariamente, ao pagamento das diferenças resultantes da aplicação do IPC (84,32%) ao invés do BTN (41,28%), devidamente atualizadas e acrescidas de juros de mora de 0,5% ao mês até a entrada em vigor do Código Civil de 2002 (11/01/2003), e, após, de 1% ao mês.

4. Nos embargos de divergência opostos pela União, discute-se a aplicação do critério de juros de mora previsto no art. 1º-F da Lei 9.494/97, com a redação dada pela Lei 11.960/09.

5. Nas condenações da Fazenda Pública oriundas de relações jurídicas não-tributárias, os juros de mora devem ser calculados segundo o índice oficial de remuneração da caderneta de poupança, conforme dispõe o art. 1º-F da Lei 9.494/97, com a redação dada pela Lei 11.960/09. Precedentes do Supremo Tribunal Federal (ADI's n. 4.357/DF e 4.425/DF e RE 870.947/SE) e deste Superior Tribunal de Justiça (REsp's n. 1.270.439/PR, 1.495.146/MG, 1.492.221/PR e 1.495.144/RS, todos julgados pela 1ª Seção sob a sistemática dos recursos especiais repetitivos).

6. Consoante a orientação firmada pela Corte Especial no REsp 1.205.946/SP, também representativo de controvérsia, o novo regramento dos juros de mora instituído pela Lei 11.960/2009 aplica-se imediatamente aos processos em curso, sem, contudo, retroagir a período

anterior à vigência da norma (29/06/2009).

7. À luz do disposto no art. 509, parágrafo único, do CPC/73 (art. 1.005, parágrafo único, do CPC/15), os efeitos do julgamento dos embargos de divergência opostos pela União se estendem ao BACEN, autarquia federal que se enquadra no conceito de “Fazenda Pública” a que se refere o art. 1º-F da Lei 9.494/97.

8. Em razão do princípio da simetria, descabe a condenação da parte requerida em ação civil pública ao pagamento de honorários advocatícios quando inexistente má-fé, da mesma forma como ocorre com a parte autora, por força do art. 18 da Lei 7.347/85. Precedente da Corte Especial (EAREsp 962.250/SP, DJe de 21/08/2018).

9. Embargos de divergência da União conhecidos e providos, para determinar que, nos cumprimentos individuais da sentença coletiva promovidos em desfavor da União e/ou do BACEN, sejam os juros de mora, a partir de 29/06/2009, calculados segundo o índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança.

10. Embargos de divergência do Banco do Brasil conhecidos e providos, para afastar a condenação dos réus ao pagamento de honorários advocatícios”.

Nas razões do presente recurso, o embargante se insurge contra a solução dada aos embargos de divergência da UNIÃO, afirmando que há necessidade de adoção de um critério único para a incidência dos juros de mora em face dos devedores solidários, sendo impossível a cisão da execução da sentença coletiva.

Aduz que a adoção de critérios diferenciados inviabiliza o prosseguimento de milhares de liquidações e cumprimentos individuais da sentença coletiva que foram deflagrados contra os três réus, prejudicando, ainda, eventual pedido regressivo na forma do art. 283 do Código Civil.

Requer, ainda, a concessão de efeito suspensivo ao recurso, argumentando que: (i) antes de sanadas as omissões apontadas, não há como cumprir o que restou definido no acórdão embargado; (ii) é necessária a definição clara e precisa dos critérios a serem adotados, “sob pena de se criarem embaraços desnecessários nos inúmeros de processos que prosseguirão em todo o território nacional, em diversos foros da Justiça Federal e Justiça Comum; (iii) a aplicação diferenciada dos juros de mora “quase que imporá que todas as execuções sejam deflagradas exclusivamente em face do Banco do Brasil, tornando letra morta a regra da solidariedade estabelecida no art. 275, do Código Civil”.

É O RELATÓRIO. DECIDO.

Nos termos do art. 995 do CPC/2015, a concessão de efeito suspensivo a recurso depende do fumus boni juris, consistente na plausibilidade do direito alegado, e do periculum in mora, que se traduz na urgência da prestação jurisdicional.

Esses dois requisitos devem ser analisados com as vistas voltadas ao próprio recurso, ou seja: a plausibilidade do direito será pautada pela possibilidade de êxito recursal, e o interesse processual do requerente deve ser analisado, sempre, com base nos efeitos que se poderão extrair do eventual provimento de seu recurso.

Na hipótese dos autos, verifica-se, em uma análise perfunctória, que o requisito do fumus boni juris não está presente, haja vista a diminuta possibilidade de acolhimento dos embargos de declaração e, ainda mais, com efeitos modificativos.

*Com efeito, numa primeira leitura, não se vislumbra as supostas omissões invocadas pelo embargante, na medida em que o acórdão embargado iniciou-se por esclarecer, **expressamente**, que não era viável o exame da questão relativa à solidariedade da condenação e os seus efeitos, haja vista que tal tema não foi suscitado por qualquer das partes nos embargos de divergência.*

A propósito, veja-se o seguinte excerto do acórdão embargado:

**"I - DOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA
OPOSTOS PELA UNIÃO FEDERAL**

1. Da delimitação da controvérsia.

*De início, impõe salientar que os presentes embargos de divergência foram opostos pela **UNIÃO** contra o acórdão da 3ª Turma deste Tribunal que a condenou, em solidariedade com o BANCO DO BRASIL e o BACEN, a devolver aos mutuários as diferenças resultantes da aplicação, a título de correção monetária, do IPC (na ordem de 84,32%), ao invés do BTN (de 41,28%), em cédulas de crédito rural no mês de março de 1990.*

*Em seu recurso, a UNIÃO questiona, **exclusivamente**, a questão relativa à **taxa de juros moratórios** devida em razão de sua condenação judicial, ante o que dispõe o art. 1º-F da Lei 9.494/97 e o entendimento firmado pela 1ª Seção no REsp 1.270.439/PR, apontado como acórdão paradigma.*

O presente julgamento, portanto, circunscrever-se-á a esse tema, relativo à taxa de juros de mora devidos pela UNIÃO (com eventual extensão dos efeitos ao BACEN), sendo impertinente o exame de questões outras, a exemplo do mérito quanto ao índice de correção monetária devido pelos mutuários, da solidariedade da condenação e os seus efeitos, bem como da limitação da

responsabilidade do ente federal" (e-STJ fls. 2.611/2.612 - grifou-se).

Na ausência de omissão, é improvável que ocorra eventual modificação do julgado, haja vista que a atribuição de efeitos infringentes aos embargos de declaração é excepcional e apenas admitida quando, sanado efetivo vício, a alteração da decisão surja como consequência necessária.

Dessa maneira, não evidenciada a probabilidade de êxito recursal, não se tem por caracterizado o fumus bonis iuris, a impor o indeferimento do pedido de efeito suspensivo.

Forte nessas razões, INDEFIRO o pedido de concessão de efeito suspensivo aos embargos de declaração nos embargos de divergência.

Publique-se. Intimem-se.

Assim, tendo em vista o julgamento do mérito dos Embargos de Divergência 1.319.232/DF pela Corte Especial, na sessão de 16/10/2019, o efeito suspensivo então concedido exauriu sua eficácia, circunstância que implica a perda de objeto do presente pedido, *in casu*.

Diante do exposto, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se.

Brasília-DF, 21 de novembro de 2019.

Ministro **RAUL ARAÚJO**
Relator